

“Com sabedoria constrói-se a casa, e consolida-se com o conhecimento”

Pro 24,3

Sem entrar na vaidade de estampar o meu nome e eternizar a minha existência, o espírito de felicidade e zelo, anima-me para praticar o meu «ministério» considerando assim que meu propósito é o de prestar o contributo para a revelação de documentos “inéditos” que provavelmente ficariam esquecidos com a fatalidade da sua deterioração com a passagem do tempo.

Carente de possibilidades para empreender tal tarefa, ocorreu-me que seria possível a sua concretização com o contributo de estudiosos e especialistas na área da documentação histórica, divulgando referências cronológicas e balizas temporais para melhor se entender o Barreiro cívico e religioso, e a própria Igreja de N. S. do Rosário.

Na presença de alguns “atados” que se encontravam na casa de arrumos ajuizei ser um acervo de significativo potencial possuidor de valor histórico.

Em face desta situação e com auscultação e apoio celebrou-se um **Protocolo** entre a Câmara Municipal do Barreiro possuidora de recursos técnicos e meios humanos portadores de conhecimentos cabais à elaboração da inventariação dos documentos afim de ser criado um **Arquivo Histórico da Igreja de N. S. do Rosário**.

Com esta tarefa concluída, não dormindo à sua sombra, a motivação para empreender novos desafios fica reforçada sabendo de antemão que muita gente de bem está disponível para colaborar na edificação de um **Mundo** melhor.

Igreja Nossa Senhora do Rosário do Barreiro

Os documentos como meio de conhecimento e divulgação da nossa memória colectiva

Do trabalho que foi feito ao longo de alguns meses, resultou este livro que procura inventariar a documentação antiga, de elevado valor histórico, e pertença da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Barreiro. Este livro não é mais do que um Guia que, como o seu nome indica, procura “guiar” e orientar quem procura fontes documentais fidedignas para o conhecimento e interpretação da história do nosso concelho. O Guia torna-se, assim, um instrumento democrático ao facilitar o caminho aos meros curiosos ou investigadores, para conhecer e poder aceder aos documentos, úteis quer para os mais simples trabalhos escolares quer para as pesquisas mais profundas.

Este trabalho iniciou-se com um projecto entre a Câmara Municipal do Barreiro e a Igreja N^a Senhora do Rosário do Barreiro para levantamento e recuperação do arquivo histórico documental desta última, por se reconhecer que existiam muitos documentos com um grande valor histórico mas que não se sabiam exactamente o que continham nem como os acondicionar condignamente. Partir destes objectivos iniciais, foi assinado um Protocolo entre as duas entidades, onde a autarquia disponibilizaria pessoal técnico e material para desenvolver este projecto. O Protocolo, assinado a 25 Março 2006, deu início ao trabalho de descrição dos documentos, da sua limpeza, organização e transferência para suportes próprios.

Assim, de um conjunto de documentos soltos, que poderia parecer não terem nexos entre si, alguns esquecidos em caixas antigas e desconhecendo-se o seu conteúdo, surge agora um conjunto de documentos organizado e, mais importante ainda, descrito e inventariado, onde se encontra já aquilo que se pretende.

A publicação deste Guia e Inventário é o resultado final desta parceria entre estas duas entidades. Ao se trazer ao conhecimento de todos informação e documentos que poucos conheciam, procura-se perpetuar a memória da Irmandade que se liga inegavelmente à memória da nossa terra – o Barreiro – e por isso, á memória de todos nós.

Fica, assim, mais rica a nossa memória e a história do nosso concelho.

Breve História da Igreja de N.^a S.^a do Rosário do Barreiro e da sua Irmandade

As origens da Irmandade e o do seu templo

Remonta a meados do século XVII o estabelecimento em Lisboa, de uma Confraria denominada dos «*Escravos de Nossa Senhora do Rosário*», com a obrigação de se deslocarem anualmente, pelo mês de Outubro, em forma de círio à Ermida do Rosarinho, no actual concelho do Montijo.

Este tipo de confraria de «*escravos*» não deve ser confundida com as de «*homens negros*», muito comuns neste período, com uma especial devoção pela Senhora do Rosário. Este culto intimamente ligado à comunidade negra das cidades e vilas do Império Português, desenvolveu-se já no século XVIII – e fruto da devoção e milagres da imagem do Barreiro – em especial no Brasil. Aqui, o termo «*escravo*» pretende significar “devoção” e “obediência total” a N.^a S.^a do Rosário.

As razões que levaram esta confraria a mudar a romagem do Rosarinho para o Barreiro prenderam-se principalmente com aquele local ser muito pobre, nas dificuldades do transporte e na maior distância de Lisboa¹. Por estes motivos, em 1736, a confraria começou a procurar outro local na margem Sul do Tejo para cumprir a sua promessa. Segundo José Augusto Pimenta² constando no Barreiro esta resolução dos irmãos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, fundada em Lisboa, decidiu a Irmandade de S. Pedro, do Barreiro, oferecer a posse da Ermida de S. Roque.

Imagem de N.^a S.^a do Rosário numa caixa de esmolas (finais do séc. XVIII).

Fonte: Igreja de N.^a S.^a do Rosário



¹ A lenda conta, contudo, que certo ano, rumando a pequena imagem da Santa para o Rosarinho numa pequena embarcação, esta foi duramente fustigada por um forte temporal e correntes. Na iminência de um naufrágio a pequena embarcação aportou numa praia na margem sul do Tejo, mais precisamente defronte da pequena ermida de S. Roque no Barreiro. Depois deste milagre a confraria tomara então a decisão de transferir a romagem para o Barreiro. Fonte: Armando da Silva Pais, *O Barreiro antigo e moderno*, CMB, 1963, pág. 81. Nota: No entanto, nos primeiros tempos a imagem não atravessava o rio, pois estava na pequena igreja do Rosarinho. Quem atravessava o rio eram sim, os romeiros da capital.

² PIMENTA, José Augusto, *Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro*, Lisboa, 1886 pág. 42

A ermida de S. Roque datando, provavelmente, da segunda metade do século XVI, situava-se num dos extremos da vila do Barreiro, perto do seu porto natural para Lisboa, a Oeste. No século XVIII já não existia nenhuma Irmandade a tratar do culto deste Santo estando a ermida a cargo da Confraria de S. Pedro, constituída por pescadores, que nesta data se mudou para a Igreja de S. Francisco, deixando o pequeno templo vago. De facto, a Ermida de S. Roque, localizada no local da capela-mor da actual Igreja do Rosário era de pequenas dimensões, com três altares, tendo no principal a imagem de S. Roque e nos laterais a de Santo António e a de Nossa Senhora da Saúde.

A passagem da propriedade deu-se com todas as formalidades por escritura pública lavrada nas notas do tabelião do Barreiro, António Alvares da Veiga e assinada no dia 26 de Agosto de 1736, colocando-se nesse altura, na ermida, a pequena imagem de Nossa Senhora do Rosário que estava no Rosarinho.

Destes primeiros tempos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário nada subsistiu no seu Arquivo. Sabemos, no entanto, por cruzamento de outras fontes que em 1739 a confraria comprou uma propriedade de casas a Francisco Gomes de Matos e sua mulher, constituída por três lojas e três sobrados, com quintal e poço por 129.600 réis. Mais tarde, a 1 de Agosto de 1746, adquiria outra propriedade ao lado da anterior por 5.900 réis³. Seriam neste terrenos que se instalariam as Hospedarias da Irmandade (estas primeiras conhecidas pelas «velhas») destinadas a acolher romeiros em tempo de festa e, no resto do ano, doentes da capital à procura dos bons ares do Barreiro recomendados pelos médicos.

O terramoto de 1755 provocou graves danos à ermida. As obras de reedificação foram efectuadas em conjunto pelas confrarias de S. Pedro e do Rosário, oficializada através de escritura assinada no dia 29 de Junho de 1757⁴. Este documento refere a urgência em reconstruir o corpo da «*Igreja de Sam Pedro, em cuja cappella mor se venera e rende culto à imagem de Nossa Senhora do Rozario*», tendo ficado acordado entre as partes que, para lembrar o acordo estabelecido, «*se puzesse na frontaria da ditta igreja hum padram por donde constace a todo o tempo se haver feyto aquellas obras*». Este padrão colocado na frontaria desapareceu, decerto, quando a fachada principal da Ermida foi demolida para expansão da igreja, nos finais do século XVIII.

³ Arquivo Distrital de Setúbal – Fundo Notarial do Barreiro

⁴ Arquivo Distrital de Setúbal, Cartório Notarial do Barreiro, Lv. 16, fl. 11v a 14v.

Parte dos danos sofridos na Ermida atingiram, provavelmente, as imagens, em particular a de S. Roque, já que a que hoje existe data da década de 1760 e foi mandada executar por um irmão da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário⁵.

Havia necessidade de mais obras e numa representação enviada a D. Maria I, em 1779, a Confraria solicitava apoios financeiros referindo a necessidade de continuar a obra de reconstrução para «*reedificar a capela-mor da sua igreja que era notavelmente desproporcionada e defeituosa, a respeito do corpo da sua Igreja que novamente se reedificara por ocasião de ficar totalmente arruinada pelo terramoto de 1755*»⁶.



Emblema da Real Irmandade de N. S. do Rosário.
Fonte: Igreja de N. S. do Rosário

Em 1780 foram elaborados os primeiros estatutos da Confraria, que passou a denominar-se «*Irmandade dos Escravos de Nossa Senhora do Rosário*», aprovados por Provisão do Desembargo do Paço de 1 de Junho de 1781. O documento que se perdeu era constituído por trinta e cinco capítulos, escritos em sessenta e nove páginas. Estes estatutos foram enviados a D. Maria I para aprovação régia, por a Irmandade achar que «*por não haverem determinações certas para o seu regime, viesse por tempo ficar sem culto*»⁷. No entanto, quatro anos mais tarde, a Irmandade publicava um opúsculo em que enunciava alguns dos capítulos desses primeiros estatutos: «*para se alistarem na Irmandade os nomes dos novos Irmãos deverão ser inscritos nos livros que deverão estar sempre na cidade de Lisboa, em poder do seu secretário. Dele receberão uma Carta da Irmandade, a qual lhes servirá para instrução ou direcção. Os Irmãos pagarão de entrada 960 réis e as Irmãs 1200 réis e de anual, assim uns como os outros,*

⁵ Fundo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário, Breve, cota: INSR/B/4/Mç.01

⁶ IAN/TT, Chancelaria de D. Maria I, Lv. 20, fl. 201.

⁷ IAN/TT, Chancelaria de D. Maria I, Lv. 17, fl. 80 vº. No requerimento enviado pela Irmandade era solicitada igualmente a protecção real, que de facto viria a ocorrer a 16 de Maio desse ano.

240 réis cada um. Os foreiros não pagam taxa de foro, mas aquilo que decidir o seu espírito.⁸»

O mais antigo livro da Irmandade existente no seu valioso arquivo data de 1781, ano em que a Irmandade está no seu auge, quer na devoção da imagem milagreira de N.^a S.^a do Rosário, como também em riqueza. Este volume regista as primeiras actas e deliberações da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário que, desde 16 de Maio desse ano, por resolução directa da Rainha D. Maria I, ostentava a designação de «Real Irmandade».



Gravura com a imagem de D. Maria I.

Seguiram-se, imediatamente, a atribuição de várias Breves pelo Papa Pio VI: a primeira, datada de 10 de Junho de 1781, concedia indulgências plenárias e remissão de pecados aos fiéis que visitassem a Ermida de N.^a S.^a do Rosário; a segunda, de 13 de Junho do mesmo ano, privilegiava o altar-mor; e as seguintes, de 27 de Junho, 6 de Agosto e 18 de Novembro de 1782, confirmadas pela rainha no ano seguinte, concediam indulgências a favor dos confrades da Irmandade no dia em que assinassem o seu nome na cédula da sua admissão e ampliavam a Breve a favor dos irmãos da Irmandade «*que estiverem ausentes, enfermos ou impossibilitados de cumprir o que lhes é devido e para ganharem as indulgências a eles concedidas*⁹». Em 1788, o Papa Pio VI concedia a última das Breves à Irmandade, sendo que, foi a única que se conservou até aos dias de hoje, um original de pergaminho em latim¹⁰.

O processo que levou à atribuição de vários privilégios, tanto reais, como papais, iniciara-se em 1778, quando foram coligidos e comprovados os milagres da imagem de

⁸ Carta de Escravidão que devem assighar, regras que devem observar, graças e indulgências que podem lucrar e algumas advertências mais que devem saber os Escravos de Maria Santíssima alistados na Irmandade, que há dedicada na Villa do Barreiro, 1785.

⁹ Fundo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário, Provisões e Regulamentos, cota: INSR/B/2/Mç.01-Mç.04

¹⁰ Fundo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário, Breve, cota: INSR/B/3/Mç.01

N.^a S.^a do Rosário¹¹. Estes milagres foram comprovados pelo Arcebispo de Lacedemonia a 19 de Julho de 1783, depois de entrevistar os crentes, assim como, os médicos que os tratavam de maleitas físicas ou os padres exorcistas que tratavam outros de possessões demoníacas.



Dois ex-votos em honra de N.^a S.^a do Rosário.
Fonte: Igreja de N.^a S.^a do Rosário

Outra das mais importantes disposições que regeu a Irmandade até ao século XX data também deste período, mais precisamente de 30 de Junho de 1783, quando a Junta da Definição do Paço aprovou o seguinte: «*Visto a Irmandade ser constituída por devotos de Nossa Senhora, moradores na cidade de Lisboa, onde a Mesa se reúne para tratar dos negócios da Irmandade, não podem em tempo algum ser admitidos nos cargos na Mesa os Irmãos Escravos que não forem moradores na dita Cidade*». José Augusto Pimenta apresenta uma teoria para esta decisão, fruto de uma animosidade criada entre a Rainha e os habitantes do Barreiro: «*É tradicional que, pouco mais ou menos por aquela época, achando-se gravemente enferma S. Majestade a Rainha D. Maria I, quis que esta imagem fosse temporariamente para a real capela do seu palácio. O povo do Barreiro, porém, temendo que a imagem não voltasse, opôs-se obstinadamente, dando em resultado que só com grandes dificuldades e pertinaz insistência se realizassem os desejos de S. Majestade.*¹²» Data assim deste ano, a ida da pequena imagem para Lisboa e a colocação da imagem que se encontra actualmente no altar-mor, provavelmente oferecida por D. Maria I para serenar ânimos, já que as roupas foram sua oferta. Os receios barreirenses relatados por José Augusto Pimenta eram, de

¹¹ Fundo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário, Autos de justificação de milagres, cota: INSR/B/1/Mç.01

¹² PIMENTA, José Augusto, Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro, Lisboa, 1886, pág. 43.

facto, verdadeiros já que demoraram precisamente 175 anos para que a pequena imagem voltasse para o Barreiro.

Esta decisão régia não impediu a devoção dos barreirenses por Nossa Senhora do Rosário, que segundo José Augusto Pimenta, era muito anterior à instalação da Irmandade com sede em Lisboa¹³. De facto, segundo este autor a devoção à Senhora do Rosário do Barreiro iniciou-se com uma imagem existente na Igreja de Santa Cruz e, mais tarde, colocada na Igreja da Misericórdia. A Irmandade que cuidava desta venerada imagem era, ao contrário da aqui analisada, constituída unicamente por barreirenses, detendo entre os seus foros, por exemplo, o moinho de maré do Cabo, em Alburrica. Problemas internos nesta Irmandade levaram à sua dissolução por alvará a 21 de Maio de 1866, sendo os seus bens incorporados na Irmandade da Misericórdia¹⁴.

A fervorosa devoção da rainha D. Maria I pela imagem e respectivo templo favoreceu amplamente a Irmandade, efectuando numerosas ofertas de jóias ou roupas, como também o valioso órgão (adiante comentado) que ainda hoje se encontra no coro da Igreja.

As crescentes doações e esmolas aumentaram consideravelmente a fortuna da Irmandade que possibilitaram o pagamento de ordenado a um padre, para efectuar todas as missas e, a um andador residente nas Hospedarias, para recolher esmolas no Barreiro e coadjuvar o padre na missa. Pagava igualmente ordenado a cinco andadores para os bairros de Lisboa para recolherem as esmolas e as jóias que deviam os Irmãos da Irmandade. Estes meios financeiros permitiram igualmente à Irmandade efectuar a transformação total da pequena Ermida no templo que hoje conhecemos.

As primeiras modificações à Ermida foram introduzidas como vimos, primeiro no corpo da Ermida e depois no altar-mor, localizado no local do actual (já que o templo se expandiu para Norte e Oeste). Data de 1784 a encomenda da pintura a talha dourada do altar-mor, obra que durou até 1786¹⁵. Em 1789 são construídas as Hospedarias «Novas» nos terrenos dos «quintais» das antigas hospedarias, ou seja, para Sul na actual rua Almirante Reis¹⁶.

¹³ Idem, pág. 97.

¹⁴ O Arquivo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário tem um livro em capa de pergaminho com as actas desta Irmandade com sede em Santa Cruz de 1822 a 1866.

Ver também:

RODRIGUES; Maria Manuela Saraiva, A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na Vila do Barreiro, Edição de autor, 2000.

¹⁵ Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.05-07

¹⁶ Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.10

Por provisão régia de 28 de Junho de 1791 a Irmandade era autorizada a ampliar a Ermida e a construir novas hospedarias. Para que tal acontecesse, a Irmandade e a Câmara Municipal do Barreiro reuniram-se junto à Ermida no dia 22 de Maio de 1791, juntamente com o Juiz de Fora, José Ferreira Cidade para se efectuarem medições nos terrenos. A descrição que o Juiz de Fora enviou ao Desembargo do Paço é rica em pormenores:

«E passando todos ao lugar da Ermida e terreno pedido, se procederá a huma vistoria, pela qual e pela justificação junta consta que todo o terreno circunvizinho à Ermida de Nossa Senhora do Rosário he areal árido, estéril, salgado e alagadiço, não só no Inverno, mas ainda no estio em marés de águas vivas.

O Povo do Barreiro colhia muitas utilidades temporais, primeira, porque estancando-se o referido terreno aladadiço, fica habitável não só a porção pedida, mas também o resto; já que os zelosos irmãos da referida Irmandade vão para aquela parte extendendo a vila e avizinhand-a do porto, fim a que se propõem todos os povos da borda d'água. Segundo, porque há-de concorrer hum mais considerável número de gente, não só enquanto durarem as obras, para nellas trabalhar, mas também depois de concluídas, pelas comodidades das novas hospedarias; terceiro, porque a Villa do Barreiro fica mais populosa, mais brilhante e mais considerável e por isso mesmo os seos habitantes, mais satisfeitos: ponto não pouco attendivel dos Políticos.

Foram feitas vistorias à parte que seria precisa segundo o risco da Igreja, adro e mais acomodações respectivas à mesma Igreja, hospedarias e logradouros. E assentou-se que junto à capela-mor da Ermida e da parte do Norte era necessária a extensão de quarenta e cinco palmos e da parte do Sul, trinta e do comprimento do Nascente para o Poente, pela parte do Sul eram necessários seiscentos e cinquenta e oito palmos e pela parte Norte, seiscentos e oitenta e três. Nesta porção he que depois de concluída a Igreja, pretendem os Irmãos fazer as novas hospedarias, visto que as actuais não bastam, nem para a gente que de presente concorre, pois

se tomão por vezes casas do povo que sai de suas casas para alojar romeiros.¹⁷»

Assim se depreende que a Ermida estava afastada do centro da vila, em terrenos alagadiços e de areal. Desta leitura também se constata o projecto de serem construídas novas hospedarias nos terrenos em frente da Igreja, obra que nunca se realizou.

Em 1792 iniciou-se a demolição parcial da Ermida, com a construção do arco em cruzeiro com as armas reais a emoldurar a capela-mor¹⁸. O traço da nova Igreja podia ser analisado em Lisboa na sede da Irmandade e contou com as colaborações dos arquitectos, José Domingos de Silas, João António e João Domingues. No ano seguinte, era pintado o escudo real e plantada uma alameda de árvores em frente da Igreja¹⁹.

Em 1795, sob o risco de José Domingos Silas, que efectuou novo «risco» para a Igreja é demolido o que restava da antiga Ermida (da fachada sul da Igreja ainda se pode observar a volumétrica da Ermida, assim como, no arco do sino). Aumentando consideravelmente a sua área para Oeste, a Igreja torna-se a maior do concelho do Barreiro, colaborando nela os maiores vultos das artes do período. Entre eles estava Felisberto António Botelho (1760-?) autor do tecto da sala da música do Palácio da Ajuda e que pintou um dos painéis laterais do altar-mor em 1795²⁰. No ano seguinte, foram encomendadas e executadas as pias gémeas (pelo mestre canteiro Brás Francisco Alves, de Lisboa)²¹.

As obras continuaram até à segunda década do século XIX, com inúmeras interrupções fruto das invasões francesas mas, também, devido às cada vez mais escassas remessas de dinheiro. De facto, apenas em 1814 as obras foram retomadas em força com a construção da sacristia de primeiro andar a Norte do altar-mor, havendo registo da despesa com os azulejos e pia de água benta²².

¹⁷ INA/TT, Desembargo do Paço, Estremadura e Ilhas, Setúbal, Caixa 419, maço, 449, n.º 14.

¹⁸ Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.13

¹⁹ Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.14

²⁰ Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.16

²¹ Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.17

²² Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.36

Napoleão Bonaparte representado
como grande General do
Exército Francês.



Em 1818 voltam a verificar-se obras com a conclusão da fachada e continuação da construção da torre, com a colocação das escadas²³. A torre que aqui falamos é a Sul (chamada a «velha» por no local ter estado a única torre sineira que a Ermida e a primitiva igreja do Rosário tinham), a Norte existia apenas um pequeno telheiro (com uma porta que dava para o telhado, por uma escada de madeira, utilizada nas obras do telhado). Em 1819 eram colocadas uma nova porta e a cruz de ferro no topo da frontaria. No mesmo ano foram colocadas, igualmente, quatro tabelas em liós lavradas com sua moldura e letras abertas dos quartetos, com betume preto na fachada da Igreja²⁴.

Voltam apenas a registar-se alterações na Igreja em 1834 com a colocação de uma nova porta em pau-brasil na entrada principal²⁵.

A partir desta data os fundos recebidos pela Irmandade são cada vez mais escassos, em virtude da vitória dos liberais na guerra civil. A legislação saída na época penalizava bastante as Irmandades e os templos religiosos, além de que, o Rei e a Rainha – principais financiadores da Irmandade - perderam o usufruto livre das finanças do Reino. Em 1838 já não havia dinheiro para pagar ao capelão e andador do Barreiro (o único que manteve o seu cargo, tendo desaparecido os andadores de Lisboa), tendo a Irmandade deliberado que se pagassem os ordenados do bolso de alguns Irmãos.

É contudo neste período que a devoção da imagem atinge grande força no Brasil, (onde desde o século XVIII se registavam Irmãos) e nos Açores. São as remessas avultadas de alguns destes Irmãos que permitem a continuação das obras, sendo a primeira delas a colocação das duas colunas de cantaria para suportar o coro em 1851.

²³ Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.40

²⁴ Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.41

²⁵ Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.60

Seguiu-se depois a oferta de vários objectos pelo Patriarcado como o relógio de torre pertencente ao antigo convento de Palhais recebido no dia 1 de Novembro de 1852 e que estava depositado na sacristia da Igreja de Santa Margarida, no Lavradio; 1 sino e uma sineta da antiga Igreja de Coina; e paramentos e pratas de Alhos Vedros²⁶.

Seriam também as esmolas do Brasil que permitiram a construção da torre Norte em 1857, para a colocação do relógio (em 1858) e sinos novos, fundidos dos antigos de Coina²⁷.

Apenas no século XX e precisamente 100 anos depois da inauguração da torre Norte, que a torre «velha» foi concluída à imagem da sua irmã mais nova.



Pequena imagem de N.^a S.^a do Rosário que participava na romagem de Lisboa para o Barreiro.
Fonte: Igreja de N.^a S.^a do Rosário.

As imagens colocadas na Igreja de N.^a S.^a do Rosário datam de diferentes períodos, sendo a mais antiga a pequena imagem da Senhora do Rosário. Depois será como vimos a imagem de S. Roque e já no final do século XVIII a imagem em roca da Senhora do Rosário que se encontra no altar-mor. Em 1790 era oferecida uma imagem de Santa Margarida²⁸ e em 1860 eram entregues as imagens da Senhora da Soledade e o Senhor Morto²⁹ (pertencentes às antigas Irmandades desse nome, entretanto extintas). No dia 15 de Agosto de 1886 era colocada a imagem do Senhor Jesus dos Navegantes, que estava na Igreja de S. Francisco e, em 1916, em cumprimento de uma deliberação da Comissão Central da Lei de Separação, a imagem de S. Pedro da mesma igreja e as de Santa Bárbara e Senhora da Monte do Carmo da Ermida de Santa Bárbara.

²⁶ Fundo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.77

²⁷ Fundo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário, Breve, cota: INSR/C/1/Mç.21

²⁸ Fundo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário, Breve, cota: INSR/C/4/Mç.02

²⁹ Fundo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário, Breve, cota: INSR/G/1/3/Mç.02

Curioso é observar que, à semelhança da imagem de N.^a S.^a do Rosário colocada da Igreja do Barreiro, o órgão oferecido por D. Maria I detinha importância semelhante para a Irmandade. Os arquivos da Irmandade contêm a deliberação onde consta que, face à iminente invasão francesa pelo Sul, em 1811, os objectos mais importantes viessem para Lisboa – a imagem do altar-mor e o órgão – devendo por isso o órgão ser desmontado e encaixotado³⁰. A invasão francesa acabou por não percorrer o caminho por Sul até à capital e o órgão não saiu do Barreiro, mas continuou encaixotado, razão pela qual no ano seguinte a Mesa da Irmandade deliberava que fosse novamente pintado³¹. O órgão foi provavelmente oferecido à Irmandade em 1797, porque nesse ano e segundo os documentos de despesa do arquivo da Irmandade ainda foi alugado um órgão que veio de barco de Lisboa (o aluguer custou 2.880 réis). No ano seguinte, já não foi registada a despesa do aluguer do órgão mas, sim, as elevadas despesas efectuadas com os músicos que trouxeram os seus instrumentos, excepto o organista³².



O órgão da Igreja de N.^a S.^a do Rosário colocado no cimo do coro, antes das obras de restauro.

Fonte: Igreja de N.^a S.^a do Rosário

A autoria do órgão divide-se entre António Xavier Machado e Cerveira e Joaquim António Peres de Fontanes. No entanto apontamos a autoria para o último, por duas fortes razões: a primeira, por a fonte que cita António Machado e Cerveira como

³⁰ Fundo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário, Actas da Irmandade, cota: INSR/B/4/Mç.01

³¹ Idem.

³² Fundo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário, Receita e despesa, cota: INSR/E/1/Mç.19. Como curiosidade, registre-se que dos músicos e seus acompanhantes que vieram de Lisboa, a despesa mais elevada foi despendida com o cabeleireiro destes, o que revela a riqueza e sumptuosidade que as festas tiveram. A Irmandade reservava aos músicos e convidados refeições pagas, servidas por moços e orientados por um mordomo.

autor de um órgão no Barreiro, referir que este está na freguesia do Barreiro e dataria de 1828, no entanto o órgão da Igreja do Rosário nesta data já existia à alguns anos³³; a segunda, será a manutenção dos órgãos ser normalmente efectuada pela oficina do autor e, neste caso, surge o nome de António José Fontanes, mestre organeiro da Real Basílica de Santa Maria de Lisboa (a efectuar restauros no órgão entre 1821 e 1826) e António Luís da Rocha Fontanes, em 1835. Ernesto Vieira³⁴, afirma que o seu filho, António José Fontanes, se ocupava principalmente de restaurar os órgãos do seu pai.

Os cargos da Irmandade e a sua sede em Lisboa

Tendo a Real Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Barreiro de ser constituída obrigatoriamente por Irmãos residentes em Lisboa, as reuniões realizavam-se obviamente na capital. Os locais foram variados ao longo dos anos mas, sempre acolheram as maiores preciosidades da Irmandade: o seu arquivo e a pequena imagem do círio de Nossa Senhora do Rosário que participava na romagem anual.

O primeiro local das reuniões registado em acta foi a casa de um dos seus Juizes: Manuel José de Moraes, no ano de 1781. Até 1795 as reuniões realizaram-se nas residências dos membros da Irmandade, tendo a partir de então, passado a efectuar-se na casa do Despacho da Ordem Terceira do Convento de São Domingos.

Em 1812 passam para a casa do Despacho da Igreja de São Luís, Rei de França, onde permaneceram até 1814 (em resultado da ocupação francesa³⁵), retornando à morada anterior até 1817. Durante as décadas seguintes as mudanças de local de reunião foram frequentes, passando entre as residências particulares e casas anexas a Ermidas ou Igrejas³⁶.

Os cargos anualmente eleitos entre os membros da Irmandade eram vários mas, dividiam-se em duas áreas centrais: a administração e a organização de festas. Os cargos elegíveis para a Mesa da Irmandade eram os de: protector perpétuo, vice-protector perpétuo, juiz, três assistentes ao juiz, dois secretários, tesoureiro, procurador geral, dois procuradores da Mesa, procurador das obras, dois mordomos, treze deputados, juíza

³³ VIEIRA, Ernesto, Diccionario Biographico dos Muzicos Portuguezes, 1900.

³⁴ VIEIRA, Ernesto, Diccionario Biographico dos Muzicos Portuguezes, 1900.

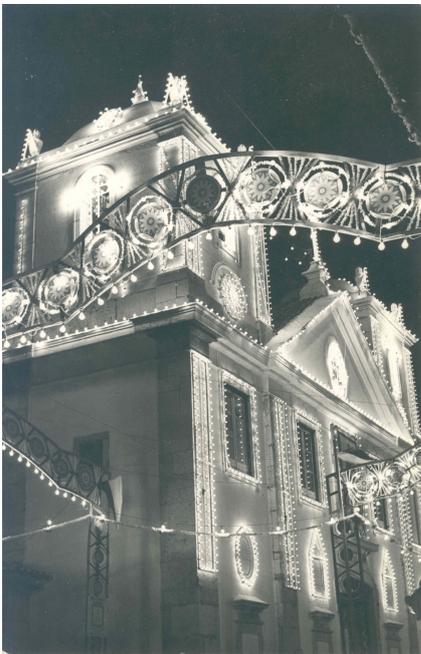
³⁵ Fundo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário, Actas da Irmandade, cota: INSR/J/4/Mç.02

³⁶ COSTA, Padre Francisco, A Real Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a sua capela. Subsídios para a história integral do Barreiro, 1966.

protectora das festividades e quinze mordomas da mesma. De entre estes cargos, apenas podiam participar como auxiliares das mordomas das festividades mulheres da elite barreirense, encarregues de coadjuvar na decoração da Igreja, organização da procissão pelo Barreiro e no providenciar de refeições e alojamentos para os convidados de honra.

Apenas em 1956 a Irmandade deixou de reunir em Lisboa, passando a integrar barreirenses tendo finalmente retornado a pequena imagem de N.^a S.^a do Rosário.

As festas em honra de Nossa Senhora do Rosário do Barreiro



Postais ilustrados com as festas em honra de N.^a S.^a do Rosário.
Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro

Como vimos, desde 1736 que a romagem à imagem, para a procissão de Nossa Senhora do Rosário, partia de Lisboa por barco e chegava ao Barreiro pelo porto da Quinta Braamcamp ou pela praia do Mexilhoeiro, dirigindo-se depois para a igreja de seu nome. Sabemos também que até 1783 a pequena imagem esteve sempre na Ermida de S. Roque chegando de Lisboa e de outras localidades apenas os romeiros. Depois desta data, a pequena imagem passou a estar em Lisboa, viajando para o Barreiro apenas na procissão anual. Até 1791 as festas em honra da Senhora do Rosário realizaram-se no primeiro domingo de Setembro.

Sabe-se igualmente que em 1737 foi preparada uma arena taurina num baldio municipal por conta da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no chamado terreno «do Curro» defronte da Ermida de S. Roque³⁷. Um ano depois, a mesma Irmandade era autorizada a construir à volta da arena uma série de palanques, estrados com degraus ao ar livre, «para a nobreza e mais povo da vila, reservando outro para a Câmara»³⁸.

A partir de 1779 as festas do Rosário ganharam um novo fulgor, com a Irmandade a ganhar uma nova forma de rendimento concedida através de provisão régia de D. Maria I, a 5 de Junho: a realização de uma feira franca nos três dias seguintes (terça, quarta e quinta feira) ao último domingo do mês de Agosto de cada ano, nos terrenos defronte da sua Igreja. Os argumentos utilizados pela Irmandade para ser autorizada a feira franca foram que «desejavam promover e estabelecer algum meio, que por uma parte servisse para aumentar o concurso e número dos seus devotos e em ordem a que subsistisse o seu decente culto para o futuro»³⁹. Esta feira franca rapidamente ganhou grande sucesso, acabando por realizar-se na maioria das ocasiões nos dias da procissão de S. Roque e N. S.^a do Rosário, que a partir de 1791 passaram a realizar-se não no fim do mês mas, nos dias 13 a 17 de Agosto, data a que ainda hoje se comemora.

O fulgor e brilho destas festas tiveram os seus altos e baixos, conforme as possibilidades financeiras da Irmandade ou o clima político em que se vivia.

De facto, apenas as altas possibilidades financeiras da Irmandade que se mantiveram, pelo menos, até às primeiras invasões francesas (1807), permitiam que se efectuassem gastos na ordem dos 115.580 réis nos três dias, com as despesas divididas da seguinte forma: cobertores e lençóis para as hospedarias (12.620 réis); loiça de barro e de vidro (9.280 réis); despesa com a tropa, constituída por oficial e ajudante, sargento, dois cabos de esquadra, tambor e vinte e nove soldados (41.220 réis); despesas miúdas, como fretes, duas garrafas de licor para padres e músicos e azeite (10.870 réis); carretas de transporte de pessoas e água (6.380 réis); barraqueiros (15.360 réis); homens de trabalho da terra (6.090 réis)⁴⁰.

³⁷ PAIS, Armando da Silva, O Barreiro Antigo e Moderno. As outras terras do concelho, capítulo XXX, pág. 240, 1963, CMB

³⁸ MOTA, Fernando, A Tauromaquia no Barreiro. Uma figura: Armando Soares, Edição CMB, 2005.

³⁹ IAN/TT, Chancelaria de D. Maria I, Lv.20, fl. 201.

⁴⁰ Fundo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, INSR/E/1/Mç.21. Nota: para comparação de valores um homem ganhava por dia, para cair as hospedarias, 300 réis.

Já em 1819, a Irmandade deliberava que as festas se fariam à custa dos Irmãos por falta de esmolas⁴¹.

A mais antiga notícia com a descrição das festas em honra de Nossa Senhora do Rosário, está numa notícia mandada publicar na imprensa em 1821⁴², segundo a qual as festas decorriam da seguinte forma:

«A Real Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Barreiro há-de celebrar na sua igreja, nos dias 13, 14, 15, 16 e 17 do mês de Agosto do presente ano de 1821, as seguintes festividades:

Principiarão estas no dia 13 em que se celebra o trânsito de Nossa Senhora, com huma devota procissão que sahirá da Igreja de S. Domingos desta cidade pelas nove horas da manhã. Na procissão se conduzirá huma imagem da Senhora até ao Cais da Pedra para dali ser transportada ao Barreiro em hum escaler, que irá acompanhado por várias faluas e outras embarcações, as quais pagas pela Irmandade, estarão naquelle mesmo sítio para levarem gratuitamente aos Irmãos e a todas as mais pessoas, que em obséquio e devoção à Mais Altíssima, quizerem acompanhar sua Santa Imagem, concorrendo deste modo para a maior plausibilidade de semelhante acção.

Logo que a ditta imagem chegue ao Barreiro, irá em procissão para a Igreja onde se cantará o Terço por música, depois da qual haverá sermão, de que será orador o mui Reverendo João dos Santos, Beneficiado da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, concluindo-se a festividade desse dia com a ladainha também cantada.

No dia 14 haverá missa cantada, com o Santíssimo Sacramento exposto e sermão, sendo orador o mui Reverendo Frei José Machado, pregador régio e religioso do Convento de S. Domingos. Esta festividade he em acção de graças à Senhora pelos immensos benefícios que tem feito e continuamente está fazendo a este Reino. De tarde haverá huma devota procissão em que sahirá o Santíssimo Sacramento, recolhido o qual se cantará Te Deum lido em acção de graças pela feliz viagem de volta a estes Reinos de Sua Majestade e mais Real Família.

No dia 15 em que a Igreja celebra a gloriosa Assumpção e Coroação de N. Senhora, igualmente haverá missa cantada, com acompanhamento de grande

⁴¹ Fundo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, INSR/B/4/Mç.02

⁴² Fundo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, INSR/C/1/Mç.06

instrumental, Santíssimo Sacramento exposto e sermão de que será orador o mui Reverendo frei José Leonardo, pregador régio, religioso do Convento de S. Domingos. De tarde haverá huma procissão que constará de várias Irmandades com andores de diversas imagens de santos e ultimamente a Imagem de Nossa Senhora do Rosário que se venera na Vila do Barreiro. Depois de recolhida a procissão haverá um sermão de que será orador o Beneficiado João dos Santos, ao que se seguirá a ladainha cantada por música, rematando tudo á noite com um grande fogo de vistas e ao ar.

No dia 16, que he dedicado ao Senhor S. Roque haverá também missa cantada com o Santíssimo Sacramento exposto e sermão do Reverendo frei José Leonardo e á noite o terço cantado por música.

No dia 17 pelas seis horas da manhã será reconduzida a mencionada imagem com a mesma formalidade e ordem para esta cidade, onde na forma do costume a esperarão as comunidades religiosas, para acompanharem do cais até á Igreja de S. Domingos, afim de que esta procissão infunda o respeito e tenha a grandeza que lhe he própria.

Durante os três dias das festividades há feira franca no largo e sitio contíguo à Igreja da Senhora do Barreiro e que sua Majestade houve por bem conceder a esta Real Irmandade, sendo o rendimento da Feira aplicado à obras da mesma igreja.

Adverte-se que na Villa do Barreiro se achão estabelecidas Hospedarias à custa da Irmandade para acomodar os devotos romeiros que concorram a visitar a Milagrosa Imagem de Nossa Senhora e nos dias das festividades há barracas para os devotos que concorram às mesmas festas.⁴³»

A procissão até 1844 partiu da Igreja de S. Domingos, em Lisboa, em direcção ao Cais das Colunas, acompanhada por uma banda militar e devotos. Chegada ao Tejo, a imagem, romeiros e banda entravam em faluas e fragatas que faziam então o percurso até ao Barreiro. A partir do início do século XIX a imagem passou a ser transportado numa galeota da Casa Real, com os seus remadores “Algarves” trajados a rigor. Depois de 1881 o círio partia da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios e em 1905, da Igreja de S. Julião.

⁴³ Fundo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, INSR/C/1/Mç.06

A implantação da República produziu um rude golpe na procissão religiosa de Nossa Senhora do Rosário, na Irmandade e no templo, que no Barreiro foi o único aberto ao culto até 1929. Este facto permitiu que as imagens e alfaias religiosas de Santa Cruz, S. Francisco e Santa Bárbara fossem aí depositadas. Entre estes objectos os mais importantes foram as imagens de S. Pedro em 1911 e Santa Bárbara em 1930.

Apenas em 1930 a procissão voltaria a realizar-se, apesar de, as festas profanas e a respectiva feira com as suas barracas de comes e bebes, carrosséis e música se terem realizado praticamente todos os anos. Nova interrupção na procissão voltaria a suceder com o 25 de Abril de 1974, com esta a ser retomada novamente em 1995.



Capas dos programas das festas em honra de N.ª S.ª do Rosário.
Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro

Guia e Inventário do Arquivo Histórico do Fundo Irmandade de N.^a S.^a do Rosário do Barreiro



Postal ilustrado com a Igreja de N.^a S.^a do Rosário em 1910.
Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro

Este fundo documental histórico encontra-se depositado nas instalações da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e é constituído por 321 maços, 19 livros e 89 partituras musicais que vão desde o século XVII até ao século XX. Mais precisamente, as datas extremas são de 1666 a 1985.

O fundo documental, composto em sua grande parte por documentos patrimoniais e contabilísticos, possui também documentos muito interessantes ligados à administração das hospedarias (1800/1850), ao registo e aceitação de irmãos (1780/1900), bem como diversos documentos gerais sobre eleições para a Mesa da Irmandade e correspondência diversa. De facto, o fundo documental, de grande riqueza histórica, inclui desde correspondência e ofícios, diários de contas, livros de entrada de irmãos, livros de actas, livros de missas e diversos maços de correspondência cobrindo desde o séc. XVII ao séc. XX.



Os documentos do Arquivo da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário tratados e inventariados.

Existem, para além destes documentos gerais da Irmandade, outras duas colecções bastante interessantes. Uma dessas colecções é composta por 19 livros de “Missais” com pautas musicais, datando o mais antigo do ano de 1665. Outra colecção depositada na Igreja é composta por partituras musicais: são 89 partituras, em bom estado de conservação, datando a mais antiga de 1788.

A documentação que se encontrava, muitas vezes, misturada, foi agrupada em grupos homogéneos, onde se procurava que cada um desses grupos incluísse apenas um assunto. A descrição dos assuntos, as cotas e os grandes títulos dos grupos foram definidos pelo Gabinete de Arquivo da autarquia, seguindo as regras internacionais de descrição arquivística.

Toda a documentação referida encontra-se guardada nas instalações da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Barreiro. Este valioso espólio documental encontra-se, agora, tratado e organizado em pastas e caixas próprias tornando-se, assim, mais fácil a procura de qualquer documento ou informação sobre a história da Igreja ou da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Barreiro.

GUIA

A – Eleições para a Mesa (1820-1864)

01 – Pautas de Eleições – 1820 a 1864

B – Administração (1780-1964)

01 – Autos de justificação de milagres – 1780 a 1783

02 – Provisões/ regulamentos – 1781 a 1964

03 – Breve – 1788 a 1790

04 – Actas da Irmandade - 1791 a 1948

C – Expediente (1790-1985)

01 – Correspondência recebida e expedida – 1790 a 1985

02 – Correspondência com o Ultramar - 1815 a 1842

03 – Correspondência com a Rainha – s/d

04 – Requerimentos, procurações e atestados - 1788 a 1848

D – Pessoal (1790-1852)

01 – Admissão e destituição – 1790 a 1852

E – Contabilidade (1780-1982)

01 – Receita e despesa/ Orçamento – 1780 a 1982

02 – Ordens de pagamento – 1955 a 1967

03 – Facturas e recibos – 1949 a 1962

04 – Registo de esmolas – 1794 a 1863

05 – Termo de quitação – 1801

F – Jurídico-Contencioso (1781-1843)

01 – Certidão de Execução de sentença – 1781 a 1837

02 – Instrumento de justificação de crime – 1795

03 – Contra-fé – 1843

G – Património (1814-1981)

01 – Registo e movimento de bens (1817-1981)

- 01/01 – Inventário de bens móveis e imóveis – 1848 a 1981
- 01/02 – Registo de entrada e saída de cera – 1817 a 1830
- 01/03 – Autos de entrega de imagens religiosas – 1830 a 1860
- 01/04 – Ex-votos - 1855
- 01/05 – Permuta de terrenos - 1925
- 01/06 – Plantas de terrenos anexos à Igreja – 1923 a 1926

02 – Administração das hospedarias (1814-1848)

- 02/01 – Minutas de arrendamento – 1825 a 1848
- 02/02 – Assento de inquilinos – 1816 a 1820
- 02/03 - Obrigações dos Inquilinos – 1814 a 1838

03 – Edição de documentos impressos (1846-1961)

- 03/01 – Opúsculos impressos – 1846 a 1961
- 03/02 – Opúsculo «Carta de Escravidão» - 1959

H – Obras (1856-1957)

- 01 – Construção das torres – 1856 a 1957

I – Relações com Irmãos (1781-1950)

01 – Registo de Irmãos (1781-1924)

- 01/01 – Registo de Escravos foreiros – 1782 a 1825
- 01/02 – Aceitação de Irmãos – 1781 a 1924
- 01/03 – Índice de Irmãos – 1781 [ao século XX]
- 01/04 – Relação dos Irmãos que vivem no Ultramar - 1794 a 1825

02 – Contribuições de Irmãos (1804-1950)

- 02/01 – Registo de pagamento de jóias ou quotas – 1804 a 1950
- 02/02 – Normas de quotas não cobradas – 1843 a 1874
- 02/03 – Doações por testamento – 1838 a 1860

J – Festas e comemorações (1824-1963)

- 01 – Organização - 1824 a 1825
- 02 – Programas e folhetos - 1848 a 1963
- 03 – Circulares - 1955 a 1962
- 04 – Licenças para participação – 1835-1963
- 05 – Despesas realizadas – s/d

COLECÇÕES DOCUMENTAIS

19 Livros missais (1665-1951)

89 Partituras Musicais para serem tocadas e cantadas na Igreja de N.^a S.^a do Rosário do Barreiro (1788-1789)

INVENTÁRIO

A – Eleições para a Mesa

01 – Pautas de Eleições – 1820 a 1864

INSR/A/01/Mç.01 – 1820

INSR/A/01/Mç.02 – 1821

INSR/A/01/Mç.03 – 1822

INSR/A/01/Mç.04 – 1823

INSR/A/01/Mç.05 – 1824

INSR/A/01/Mç.06 – 1825

INSR/A/01/Mç.07 – 1826

INSR/A/01/Mç.08 – 1827

INSR/A/01/Mç.09 – 1828/29

INSR/A/01/Mç.10 – 1829

INSR/A/01/Mç.11 – 1829

INSR/A/01/Mç.12 – 1830

INSR/A/01/Mç.13 – 1832

INSR/A/01/Mç.14 – 1833

INSR/A/01/Mç.15 – 1834

INSR/A/01/Mç.16 – 1835

INSR/A/01/Mç.17 – 1836

INSR/A/01/Mç.18 – 1837

INSR/A/01/Mç.19 – 1837

INSR/A/01/Mç.20 – 1838

INSR/A/01/Mç.21 – 1839

INSR/A/01/Mç.22 – 1840

INSR/A/01/Mç.23 – 1842

INSR/A/01/Mç.24 – 1843/50

INSR/A/01/Mç.25 – 1844

INSR/A/01/Mç.26 -1844

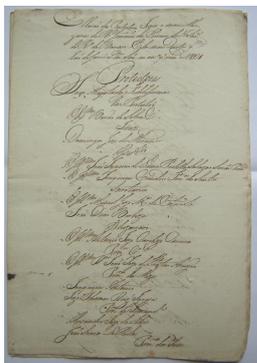
INSR/A/01/Mç.27 – 1847

INSR/A/01/Mç.28 – 1849

INSR/A/01/Mç.29 – s/d [185-]

INSR/A/01/Mç.30 – 1852

INSR/A/01/Mç.31 – 1854/64



Pauta das eleições para a Mesa da Irmandade para o ano de 1821. INSR/A/01/Mç. 01

02 – Termos das Eleições de Mesários – 1782 a 1863

INSR/A/02/Mç.01 – 1782/1813

INSR/A/02/Mç.02 – 1813/33

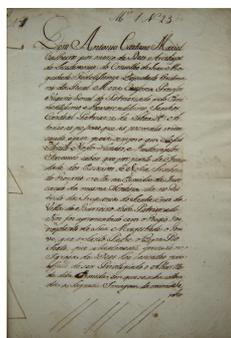
INSR/A/02/Mç.03 – 1834/63

B – Administração

01 – Autos de justificação de milagres – 1780 a 1783

INSR/B/01/Mç.01 – 1780/83

INSR/B/01/Mç.02 – 1783



Relato dos milagres atribuídos a N.ª S.ª do Rosário por

testemunhas. INSR/B/01/Mç. 01

02 – Provisões/ regulamentos – 1781 a 1964

INSR/B/02/Mç.01 – 1781

INSR/B/02/Mç.02 – 1781

INSR/B/02/Mç.03 – 1783

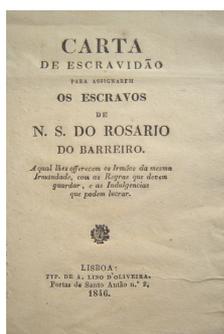
INSR/B/02/Mç.04 – 1783

INSR/B/02/Mç.05 – 1846

INSR/B/02/Mç.06 – 1938

INSR/B/02/Mç.07 – 1963/64

INSR/B/02/Mç.08 – s/d



Opusculo «Carta de Escravidão para assinarem os Escravos de N.ª S.ª do Rosário do Barreiro. INSR/B/02/Mç.05 – 1846

03 – Breve – 1788 a 1790

INSR/B/03/Mç.01 – 1788/89

INSR/B/03/Mç.02 – 1789/90



Breve de Pio VI de 1789, documentos papal que atribuía privilégios à Irmandade. INSR/B/03/Mç.02 – 1789/90

04 – Actas da Irmandade - 1791 a 1948

INSR/B/04/Mç.01 – 1781/1814

INSR/B/04/Mç.02 – 1814/34

INSR/B/04/Mç.03 – 1834/44

INSR/B/04/Mç.04 – 1844/50

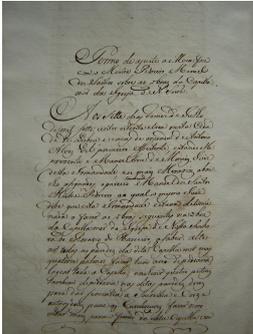
INSR/B/04/Mç.05 – 1864/93

INSR/B/04/Mç.06 – 1911/15

INSR/B/04/Mç.07 – 1917/24

INSR/B/04/Mç.08 – 1917/34

INSR/B/04/Mç.09 – 1925/48



Actas da Irmandade respeitantes ao dia de festa e a obras na Ermida.
INSR/B/04/Mç. 01

C – Expediente

01 – Correspondência recebida e expedida – 1790 a 1985

INSR/C/01/Mç.01 – 1790/1830

INSR/C/01/Mç.02 – 1816

INSR/C/01/Mç.03 – 1817

INSR/C/01/Mç.04 – 1821

INSR/C/01/Mç.05 – 1821/45

INSR/C/01/Mç.06 – 1821

INSR/C/01/Mç.07 – 1821

INSR/C/01/Mç.08 – 1825/42

INSR/C/01/Mç.09 – 1836

INSR/C/01/Mç.10 – 1844

INSR/C/01/Mç.11 – 1846

INSR/C/01/Mç.12 – 1847/57

INSR/C/01/Mç.13 – 1847

INSR/C/01/Mç.14 – 1848

INSR/C/01/Mç.15 – 1850/51

INSR/C/01/Mç.16 – 1850

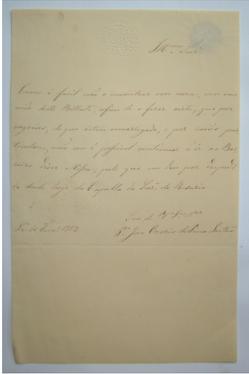
INSR/C/01/Mç.17 – 1850/54

INSR/C/01/Mç.18 – 1852/53

INSR/C/01/Mç.19 – 1853

INSR/C/01/Mç.20 – 1854

INSR/C/01/Mç.21 – 1854/62
INSR/C/01/Mç.22 – 1854/62
INSR/C/01/Mç.23 – 1854/63
INSR/C/01/Mç.24 – 1859
INSR/C/01/Mç.25 – 1863
INSR/C/01/Mç.26 – 1915/87
INSR/C/01/Mç.27 – 1948/55
INSR/C/01/Mç.28 – 1955
INSR/C/01/Mç.29 – 1956
INSR/C/01/Mç.30 – 1957
INSR/C/01/Mç.31 – 1958/59
INSR/C/01/Mç.32 – 1959
INSR/C/01/Mç.33 – 1960
INSR/C/01/Mç.34 – 1961
INSR/C/01/Mç.35 – 1961
INSR/C/01/Mç.36 – 1962
INSR/C/01/Mç.37 – 1962
INSR/C/01/Mç.38 – 1962
INSR/C/01/Mç.39 – 1962
INSR/C/01/Mç.40 – 1962
INSR/C/01/Mç.41 – 1962/64
INSR/C/01/Mç.42 – 1963/66
INSR/C/01/Mç.43 – 1963
INSR/C/01/Mç.44 – 1963
INSR/C/01/Mç.45 – 1963
INSR/C/01/Mç.46 – 1963
INSR/C/01/Mç.47 – 1963/81
INSR/C/01/Mç.48 – 1964/66
INSR/C/01/Mç.49 – 1964/68
INSR/C/01/Mç.50 – 1969/85
INSR/C/01/Mç.51 - s/d
INSR/C/01/Mç.52 - s/d



Correspondência recebida e expedida: Carta do padre José Leitão a avisar que deixará de se deslocar à Igreja do Rosário e programa das festas de 1830. INSR/C/01/Mç. 01 e 19.

02 – Correspondência com o Ultramar – 1815 a 1842

INSR/C/02/Mç.01 – 1815/42

03 – Correspondência com a Rainha

INSR/C/03/Mç.01 – s/d

04 – Requerimentos, procurações e atestados – 1788 a 1848

INSR/C/04/MÇ.01 – 1788/90

INSR/C/04/MÇ.02 – 1790/1829

INSR/C/04/MÇ.03 – 1795/1836

INSR/C/04/MÇ.04 – 1809

INSR/C/04/MÇ.05 – 1823/24

INSR/C/04/MÇ.06 – 1825

INSR/C/04/MÇ.07 – 1829

INSR/C/04/MÇ.08 – 1830

INSR/C/04/MÇ.09 – 1834/36

INSR/C/04/MÇ.10 – 1835

INSR/C/04/MÇ.11 – 1837

INSR/C/04/MÇ.12 – 1839/40

INSR/C/04/MÇ.13 – 1840

INSR/C/04/MÇ.14 – 1842

INSR/C/04/MÇ.15 – 1845/53

INSR/C/04/MÇ.16 – 1846

INSR/C/04/MÇ.17 – 1848

05 – Contratos – 1845

INSR/C/05/Mç.01 – 1845

D – Pessoal

01 – Admissão e destituição – 1790 a 1852

INSR/D/01/Mç.01 – 1790

INSR/D/01/Mç.02 – 1852



Acórdão da Câmara Municipal do Barreiro confirmando o bom carácter de um padre. INSR/D/1/Mç01 - 1790

E – Contabilidade

01 – Receita e despesa/ Orçamento – 1780 a 1982

INSR/E/01/Mç.01 – 1780

INSR/E/01/Mç.02 – 1781

INSR/E/01/Mç.03 – 1782

INSR/E/01/Mç.04 – 1783

INSR/E/01/Mç.05 – 1784

INSR/E/01/Mç.06 – 1785

INSR/E/01/Mç.07 – 1786

INSR/E/01/Mç.08 – 1788

INSR/E/01/Mç.09 – 1787

INSR/E/01/Mç.10 – 1789

INSR/E/01/Mç.11 – 1790

INSR/E/01/Mç.12 – 1791

INSR/E/01/Mç.13 – 1792

INSR/E/01/Mç.14 – 1793

INSR/E/01/Mç.15 – 1794

INSR/E/01/Mç.16 – 1795

INSR/E/01/Mç.17 – 1796
INSR/E/01/Mç.18 – 1797
INSR/E/01/Mç.19 – 1798
INSR/E/01/Mç.20 – 1799
INSR/E/01/Mç.21 – 1800
INSR/E/01/Mç.22 – 1801
INSR/E/01/Mç.23 – 1802
INSR/E/01/Mç.24 – 1803
INSR/E/01/Mç.25 – 1804
INSR/E/01/Mç.26 -1805
INSR/E/01/Mç.27 – 1806
INSR/E/01/Mç.28 – 1807
INSR/E/01/Mç.29 – 1808
INSR/E/01/Mç.30 – 1809
INSR/E/01/Mç.31 – 1810
INSR/E/01/Mç.32 – 1811
INSR/E/01/Mç.33 – 1812
INSR/E/01/Mç.34 – 1812/21
INSR/E/01/Mç.35 – 1813
INSR/E/01/Mç.36 – 1814
INSR/E/01/Mç.37 – 1815
INSR/E/01/Mç.38 – 1816
INSR/E/01/Mç.39 – 1817
INSR/E/01/Mç.40 – 1818
INSR/E/01/Mç.41 – 1819
INSR/E/01/Mç.42 – 1820
INSR/E/01/Mç.43 – 1821
INSR/E/01/Mç.44 – 1822
INSR/E/01/Mç.45 – 1821/23
INSR/E/01/Mç.46 – 1823
INSR/E/01/Mç.47 – 1824
INSR/E/01/Mç.48 – 1825
INSR/E/01/Mç.49 – 1826

INSR/E/01/Mç.50 – 1827
INSR/E/01/Mç.51 – 1827/33
INSR/E/01/Mç.52 – 1828
INSR/E/01/Mç.53 – 1829
INSR/E/01/Mç.54 – 1830
INSR/E/01/Mç.55 – 1831
INSR/E/01/Mç.56 – 1832
INSR/E/01/Mç.57 – 1833
INSR/E/01/Mç.58 – 1833/39
INSR/E/01/Mç.59 – 1833
INSR/E/01/Mç.60 – 1834
INSR/E/01/Mç.61 – 1834/37
INSR/E/01/Mç.62 – 1836
INSR/E/01/Mç.63 – 1838
INSR/E/01/Mç.63 – 1839/40
INSR/E/01/Mç.64 – 1840
INSR/E/01/Mç.65 – 1840/44
INSR/E/01/Mç.66 – 1841/42
INSR/E/01/Mç.67 – 1842/43
INSR/E/01/Mç.68 – 1844
INSR/E/01/Mç.69 – 1844/63
INSR/E/01/Mç.70 – 1845
INSR/E/01/Mç.71 – 1846
INSR/E/01/Mç.72 – 1847
INSR/E/01/Mç.73 – 1848
INSR/E/01/Mç.74 – 1849
INSR/E/01/Mç.75 – 1850/51
INSR/E/01/Mç.76 – 1852
INSR/E/01/Mç.77 – 1854
INSR/E/01/Mç.78 – 1855
INSR/E/01/Mç.79 – 1856/63
INSR/E/01/Mç.80 – 1857/63
INSR/E/01/Mç.81 – 1858/63

INSR/E/01/Mç.82 – 1859/63

INSR/E/01/Mç.83 – 1860/63

INSR/E/01/Mç.84 – 1861/63

INSR/E/01/Mç.85 – 1862/64

INSR/E/01/Mç.86 – 1864/65

INSR/E/01/Mç.87 – 1865/71

INSR/E/01/Mç.88 – 1888/96

INSR/E/01/Mç.89 – 1896/1910

INSR/E/01/Mç.90 – 1896/1911

INSR/E/01/Mç.91 – 1910/19

INSR/E/01/Mç.92 – 1910/33

INSR/E/01/Mç.93 – 1948/51

INSR/E/01/Mç.94 – 1950/51

INSR/E/01/Mç.95 – 1955/66

INSR/E/01/Mç.96 – 1955/67

INSR/E/01/Mç.97 – 1955/82



Receita e despesa/Orçamento. Da esquerda para a direita: despesas com as festas de Agosto de 1815; registro de escolas em 1839; recibo da Inspeção Transportes da Corte e Estremadura, autorizando a viagem em faluas da imagem de N.ª S.ª do Rosário; autorização do Cardeal Patriarca para se realizar as festas em honra de N.ª S.ª do Rosário. INSR/E/01/Mç. 37, 39 e 70.

02 – Ordens de pagamento – 1955 a 1967

INSR/E/02/Mç.01 – 1955

INSR/E/02/Mç.02 – 1961

INSR/E/02/Mç.03 – 1966/67

03 – Facturas e recibos – 1949 a 1962

INSR/E/03/Mç.01 – 1949/55

INSR/E/03/Mç.02 – 1951

INSR/E/03/Mç.03 – 1962

04 – Registo de esmolos – 1794 a 1863

INSR/E/04/Mç.01 – 1794/1808

INSR/E/04/Mç.02 – 1808/19

INSR/E/04/Mç.03 – 1812/19

INSR/E/04/Mç.04 – 1818/38

INSR/E/4/Mç.06 – 1845/51

INSR/E/04/Mç.07 – 1851/52

INSR/E/04/Mç.08 – 1852/56

INSR/E/04/Mç.09 – 1857/63

INSR/E/04/Mç.10 – s/d [1859]

INSR/E/04/Mç.11 – s/d



Livro de registo das esmolos e jóias entregues pelos Irmãos da Irmandade.
INSR/E/1/Mç.39 - 1819

05 – Termo de quitação – 1801

INSR/E/05/Mç.01 – 1801

F – Jurídico-Contencioso

01 – Certidão de Execução de sentença – 1781 a 1837

INSR/F/01/Mç.01 – 1781

INSR/F/01/Mç.02 – 1788

INSR/F/01/Mç.03 – 1791

INSR/F/01/Mç.04 – 1834/37



Jurídico-contencioso. Da esquerda para a direita: Instrumento de justificação de crime contra João António Barbosa; Capa e página interior de acção cível da Irmandade contra o padre Caetano José Lucas, prior da Igreja Matriz do Barreiro. INSR/F/1/Mç01 e 02

02 – Instrumento de justificação de crime – 1795

INSR/F/02/Mç.01 – 1795

03 – Contra-fé – 1843

INSR/F/03/Mç.01 – 1843

G – Património

01 – Registo e movimento de bens

01.01 – Inventário de bens móveis e imóveis – 1848 a 1981

INSR/G/01.01/Mç.01 – 1848/1877

INSR/G/01.01/Mç.02 – 1910/1938

INSR/G/01.01/Mç.03 – 1948/1949

INSR/G/01.01/Mç.04 – 1956/1981

01.02 – Registo de entrada e saída de cera – 1817 a 1830

INSR/G/01.02/Mç.01 – 1817/1830

01.03 – Autos de entrega de imagens religiosas – 1830 a 1860

INSR/G/01.03/Mç.01 – 1830

INSR/G/01.03/Mç.02 – 1860

01.04 – Ex-votos – 1855

INSR/G/01.04/Mç.01 – 1855



Ex-voto de milagre a João Esteves por N.^a S.^a do Rosário em 1855.
INSR/G/1/4/Mç.01

01.05 – Permuta de terrenos - 1925

INSR/G/01.05/Mç.01 – 1925

01.06 – Plantas de terrenos anexos à Igreja – 1923 a 1926

INSR/G/01.06/Mç.01 – 1923/1926

INSR/G/01.06/Mç.02 - s/d [séc. XX]

02 – Administração das hospedarias

02.01 – Minutas de arrendamento – 1825 a 1848

INSR/G/02.01/Mç.01 - 1825

INSR/G/02.01/Mç.02 - 1848

INSR/G/02.01/Mç.03 - 1848

02.02 – Assento de inquilinos – 1816 a 1820

INSR/G/02.02/Mç.01 – 1816/1820

02.03 - Obrigações dos Inquilinos – 1814 a 1838

INSR/G/02.03/Mç.01 – 1814/1838

03 – Edição de documentos impressos

03.01 – Opúsculos impressos – 1846 a 1961

INSR/G/03.01/Mç.01 - 1846

INSR/G/03.01/Mç.02 - s/d [1961]

03.02 – Opúsculo «Carta de Escravidão» - 1959

INSR/G/03.02/Mç.01 - 1859

H – Obras

01 – Construção das torres

INSR/H/01/Mç.01 – 1856/57

INSR/H/01/Mç.02 – s/d [1957]

INSR/H/01/Mç.03 – 1957

I – Relações com Irmãos

01 – Registo de Irmãos

01.01 – Registo de Escravos foreiros – 1782 a 1825

INSR/I/01.01/Mç.01 – 1782/1793

INSR/I/01.01/Mç.02 – 1791/1823

INSR/I/01.01/Mç.03 – 1794/1832

INSR/I/01.01/Mç.04 – 1807/1825

01.02 – Aceitação de Irmãos – 1781 a 1924

INSR/I/01.02/Mç.01 – 1781/1785

INSR/I/01.02/Mç.02 – 1789

INSR/I/01.02/Mç.03 – 1799/1857

INSR/I/01.02/Mç.04 – 1800/1809

INSR/I/01.02/Mç.05 – 1840/1843

INSR/I/01.02/Mç.07 – 1857/1948

INSR/I/01.02/Mç.08 – 1889/1924



Dois diplomas de aceitação de irmãos. Estes diplomas comprovavam a sua ligação à Irmandade de N.ª S.ª do Rosário. INSR/I/01.02/Mç.02.



Primeira página do livro de aceitação de Irmãos para a Irmandade.INSR.I.1.2.Mç.01 - 1781

01.03 – Índice de Irmãos – 1781 ao século XX

INSR/I/01.03/Mç.01 – 1781/1799

INSR/I/01.03/Mç.02 - s/d [1830]

INSR/I/01.03/Mç.03 - s/d [1850]

INSR/I/01.03/Mç.04 - s/d [século XX]

01.04 – Relação dos Irmãos que vivem no Ultramar - 1794 a 1825

INSR/I/01.04/Mç.01 – 1794/1825

02 – Contribuições de Irmãos

02.01 – Registo de pagamento de jóias ou quotas – 1804 a 1950

INSR/I/02.01/Mç.01 – 1804/1815

INSR/I/02.01/Mç.02 – 1804/1839

INSR/I/02.01/Mç.03 – 1814/1851

INSR/I/02.01/Mç.04 – 1817/1819

INSR/I/02.01/Mç.05 – 1817/1820

INSR/I/02.01/Mç.06 – 1819/1843

INSR/I/02.01/Mç.07 – 1820/1831

INSR/I/02.01/Mç.08 – 1820/1829

INSR/I/02.01/Mç.09 – 1823/1831

INSR/I/02.01/Mç.10 – 1832/1843

INSR/I/02.01/Mç.11 – 1838/1850

INSR/I/02.01/Mç.12 – 1839/1845

INSR/I/02.01/Mç.13 – 1839/1844

INSR/I/02.01/Mç.14 – 1839/1845

INSR/I/02.01/Mç.15 – 1839/1847

INSR/I/02.01/Mç.16 – 1853/1855

INSR/I/02.01/Mç.17 - 1855

INSR/I/02.01/Mç.18 – 1949/1950

02.02 – Normas de quotas não cobradas – 1843 a 1874

INSR/I/02.02/Mç.01 - 1843

INSR/I/02.02/Mç.02 - 1874

02.03 – Doações por testamento – 1838 a 1860

INSR/I/02.03/Mç.01 - 1838

INSR/I/02.03/Mç.02 - 1860

J – Festas e comemorações

01 - Organização

INSR/J/01/Mç.01 – 1824/25

02 – Programas e folhetos

INSR/J/02/Mç.01 – 1848/1963

INSR/J/02/Mç.02 – 1857

INSR/J/02/Mç.03 – 1955

03 - Circulares

INSR/J/03/Mç.02 – 1955/62

04 – Licenças para participação

INSR/J/04/Mç.01 – 1811

INSR/J/04/Mç.02 – 1827

INSR/J/04/Mç.03 – 1835

INSR/J/04/Mç.04 – 1957/63

05 – Despesas realizadas

INSR/J/05/Mç.01 – s/d [1846]

COLECÇÕES DOCUMENTAIS

Missais

Livro 01 – «Obras Christianas de Eusébio Nieremberg» - 1665

Livro 02 – Missale Romanum - 1666

Livro 03 – Missale Romanum - 1720

Livro 04 – «La Religiosa Instruída» - 1734

Livro 05 - «Luz de la fe e da le ley» - 1742

Livro 06 – «Missale Sacri» - 1748

Livro 07 – «Missale Romanum» - 1782

Livro 08 – « Novum Manuale Chori.» - 1793

Livro 09 – Missal com pautas musicais – s/d

Livro 10 – « Missae In agenda Defunctorum.» - 1782

Livro 11 – Missal com pautas musicais - s/d

Livro 12 – «Ritus Celebrandi Missam do Defunctis» - s/d

Livro 13 – Missal com pautas musicais – s/d

Livro 14 – Missal com pautas musicais – s/d

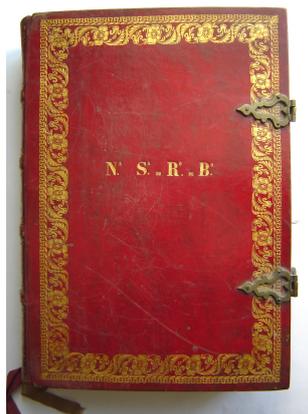
Livro 15 – Missal com pautas musicais – s/d

Livro 16 – Missal com pautas musicais – s/d

Livro 17 – «Missale Romanum» - 1860

Livro 18 – Missal – 1935

Livro 19 – Missal – 1951



Missal com as iniciais da Irmandade de N.ª S.ª do Rosário do Barreiro e primeiro fôlio de livro de canto gregoriano. INSR/Lv. 07 e 15. Séc. XVIII.

Partituras musicais

- Partitura 01 – «Glória Patri» para viola. - 1984
- Partitura 02 – «Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.ª Virginis de José Espirito Santo e Oliveira para se cantarem em a Igreja de N.ª S.ª do Rozário em a Villa do Barreiro. Anno 1788». Para «Basso». - 1788
- Partitura 03 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.ª S.ª del Barreiro» para Baixo e Voz – 1789
- Partitura 04 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.ª S.ª del Barreiro» para Violocelo - 1789
- Partitura 05 – «Glória Patri» para Tenor - 1984
- Partitura 06 – «Glória Patri» para Soprano/ voz - 1984
- Partitura 07 – «Glória Patri» para 1º violino.- 1984
- Partitura 08 – «Glória Patri» para 2º violino – s/d
- Partitura 09 – «Glória Patri» para Oboés. - 1984
- Partitura 10 – «Glória Patri» para Baixo/ voz - 1984
- Partitura 11 – «Glória Patri» para Contra-Baixo - 1984
- Partitura 12 – «Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.ª Virginis de José Espirito Santo e Oliveira para se cantarem em a Igreja de N.ª S.ª do Rozário em a Villa do Barreiro. Anno 1788». - 1788
- Partitura 13 – «Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.ª Virginis. Ad Matutinis» - s/d
- Partitura 14 – «Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.ª Virginis. Ad Matutinis» para 2º violino - s/d
- Partitura 15 – «Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.ª Virginis. Ad Matutinis» para 1º violino - s/d
- Partitura 16 – «Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.ª Virginis. Ad Matutinis» para 2º violino - s/d
- Partitura 17 – [«Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.ª Virginis. Ad Matutinis»] para violena - s/d
- Partitura 18 – [«Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.ª Virginis. Ad Matutinis»] para baixo - s/d

- Partitura 19 – [«Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis. Ad Matutinis»] para baixo - s/d
- Partitura 20 - [«Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis. Ad Matutinis»] para Corni 2º - s/d
- Partitura 21 – [«Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis. Ad Matutinis»] para Oboés - s/d
- Partitura 22 – [«Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis. Ad Matutinis»] para Corni Primo - s/d
- Partitura 23 – [«Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis de José. Ad Matutinis»] para Corni Primo - s/d
- Partitura 24 – [«Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis de José. Ad Matutinis»] para Corni Primo - 1788
- Partitura 25 – [«Responssorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis de José. Ad Matutinis»] para Corni Primo - 1789
- Partitura 26 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para corni secondo - 1789
- Partitura 27 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para violino secondo - 1789
- Partitura 28 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para violino primo - 1789
- Partitura 29 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para violino primo - 1789
- Partitura 30 – «Svb Tvvm Prosidivm Tantvm Ergo a 4 vozes concertato» para baixo/voz - s/d
- Partitura 31 – «Svb Tvvm Prosidivm Tantvm Ergo a 4 vozes concertato» para terceiro soprano/voz - s/d
- Partitura 32 – «Svb Tvvm Prosidivm Tantvm Ergo a 4 vozes concertato» para segundo soprano/voz - s/d
- Partitura 33 – «Svb Tvvm Prosidivm Tantvm Ergo a 4 vozes concertato» para primeiro soprano/voz - s/d
- Partitura 34 – «Svb Tvvm Prosidivm Tantvm Ergo a 4 vozes concertato» para violoncello - s/d
- Partitura 35 – «Svb Tvvm Prosidivm Tantvm Ergo a 4 vozes concertato» para organo - s/d
- Partitura 36 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para tenor/voz - 1789
- Partitura 37 – Título desconhecido - s/d
- Partitura 38 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para oboés - 1984
- Partitura 39 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para violino secondo - 1789
- Partitura 40 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para violino secondo - 1789
- Partitura 41 - «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para violino secondo - 1789
- Partitura 42 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, partitura - 1793
- Partitura 43 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, para 1ª tromba - 1793
- Partitura 44 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, para oboés - 1793
- Partitura 45 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, para 2ª tromba - 1793

- Partitura 46 – «Responsorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis de José Espirito Santo e Oliveira para se cantarem em a Igreja de N.^a S.^a do Rozário em a Villa do Barreiro. Anno 1788», partitura. - 1788
- Partitura 47 – «Magnificat: a 4 concertato. Del Senhor António Leal Moreira», para baixo/voz - s/d
- Partitura 48 – «Magnificat: a 4 concertato. Del Senhor António Leal Moreira», tenor/voz - s/d
- Partitura 49 – «Magnificat: a 4 concertato. Del Senhor António Leal Moreira», para alto/voz - s/d
- Partitura 50 – «Magnificat: a 4 concertato. Del Senhor António Leal Moreira», para soprano/voz - s/d
- Partitura 51 – «Magnificat: a 4 concertato. Del Senhor António Leal Moreira», para violocello - s/d
- Partitura 52 – «Magnificat: a 4 concertato. Del Senhor António Leal Moreira», para organo - s/d
- Partitura 53 – «Responsorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis de José Espirito Santo e Oliveira para se cantarem em a Igreja de N.^a S.^a do Rozário em a Villa do Barreiro. Anno 1788», para alto - 1788
- Partitura 54 – «Gloria Patri», partitura - s/d
- Partitura 55 – «Gloria Patri», para alto/voz - 1984
- Partitura 56 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para soprano/voz - 1789
- Partitura 57 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para soprano/voz - 1789
- Partitura 58 – «Laudamus. Te Deum a 4. Nome de N.^a S.^a del Barreiro» para soprano/voz - 1789
- Partitura 59 – «Te Deum. Laudamus», para tromba prima - 1789
- Partitura 60 – «Te Deum. Laudamus», para tromba seconda - 1789
- Partitura 61 – «Responsorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis de José Espirito Santo e Oliveira para se cantarem em a Igreja de N.^a S.^a do Rozário em a Villa do Barreiro. Anno 1788», para tenor - 1788
- Partitura 62 – «Te Deum laudamus: a 4 per festigiare la Madonna S.ra com il Divo.me Nome di N.^a S.^a del Barreiro», partitura - 1789
- Partitura 63 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, para 2º violino - s/d
- Partitura 64 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, para 2º violino - s/d
- Partitura 65 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, para 1º violino - s/d
- Partitura 66 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, para 1º violino - s/d
- Partitura 67 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, para viola - s/d
- Partitura 68 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, para baixo - s/d
- Partitura 69 – «Responsorios a 4: Infesto Assumptionis Beata M.^a Virginis de José Espirito Santo e Oliveira para se cantarem em a Igreja de N.^a S.^a do Rozário em a Villa do Barreiro. Anno 1788», para baixo - 1788
- Partitura 70 – «Canto a 4 vozes», para soprano - s/d
- Partitura 71 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, para baixo - s/d
- Partitura 72 – Título desconhecido, para Corno 1º - s/d
- Partitura 73 – Título desconhecido, para Oboés - s/d
- Partitura 74 – Título desconhecido, para 2º violino - s/d
- Partitura 75 – Título desconhecido, para 1º violino - s/d
- Partitura 76 – Título desconhecido, para 2º violino - s/d
- Partitura 77 – Título desconhecido, para 1º violino - s/d

- Partitura 78 – «Te Deum laudamus: a 4 per festigiare la Madonna S.ra com il Divo.me Nome di N.^a S.^a del Barreiro», para alto/voz - 1789
- Partitura 79 – «Te Deum laudamus: a 4 per festigiare la Madonna S.ra com il Divo.me Nome di N.^a S.^a del Barreiro», para timpani - 1984
- Partitura 80 – «Salve a 4 vozes», para organo - s/d
- Partitura 81 – «Salve a 4 vozes», para soprano/voz - s/d
- Partitura 82 – «Salve a 4 vozes», para alto/voz - s/d
- Partitura 83 – «Salve a 4 vozes», para baixo/voz - s/d
- Partitura 84 – «Salve a 4 vozes», para baixo - s/d
- Partitura 85 – «Salve a 4 vozes», para tenor/voz - s/d
- Partitura 86 – «Canto a 4 vozes», para alto - s/d
- Partitura 87 – «Canto a 4 vozes», para tenor - s/d
- Partitura 88 – «Canto a 4 vozes», para baixo - s/d
- Partitura 89 – «Te Deum» de Eleutério Franco Leal, partitura - s/d



Partituras musicais da autoria de Eleutério Franco Leal, grande compositor dos finais do século XVIII, escritas propositadamente para a Igreja de N.^a S.^a do Rosário do Barreiro. INSR/Partitura 69 Partitura 89/Ano de 1788 e s/d.

Bibliografia

Arquivo da Irmandade de N.^a S.^a do Rosário;

Arquivo Distrital de Setúbal – Fundo Notarial do Barreiro;

COSTA, Padre Francisco, A Real Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a sua capela. Subsídios para a história integral do Barreiro, 1966;

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Fundos da Chancelaria de D. Maria I e Desembargo do Paço;

MOTA, Fernando, A Tauromaquia no Barreiro. Uma figura: Armando Soares, Edição CMB, 2005;

PAIS, Armando da Silva, O Barreiro Antigo e Moderno. As outras terras do concelho, 1963, CMB;

PIMENTA, José Augusto, Memória Histórica e Descritiva da Villa do Barreiro, Lisboa, 1886;

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – Manual para a gestão de documentos. Lisboa: IAN/TT, 1998.

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – Avaliação da documentação acumulada. Lisboa: IAN/TT, 1999.

RODRIGUES; Maria Manuela Saraiva, A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na Vila do Barreiro, Edição de autor, 2000;

VIEIRA, Ernesto, Diccionario Biographico dos Muzicos Portuguezes, 1900.

Autoria: MOTTA, Fernando da (2007), Guia Documental do Arquivo Histórico da “Irmandade de N.^a S.^a do Rosário no Barreiro”, CMB.